

## PROPOSTA DE RESOLUÇÃO

### IDENTIFICAÇÃO DA PROPOSTA

ID da proposta	Processo	Atividade / Procedimento
<b>PR/2026/9503</b>	<b>14203/2026</b>	<b>Proposta à Câmara Municipal</b>
Assunto do Processo		
<b>Proposta à Câmara Municipal - CPRAQ/04/25/DCP - Revisão preços Aquisição de serviços de vigilância e monitorização de alarmes para as Unidades de Saúde que integram a Unidade Local de Saúde de Braga e Centro de Respostas Integradas de Braga</b>		
Unidade Administrativa		
<b>DCF - DCP [ENTRADAS]</b>		
Propósito		
<b>Órgãos Colegiais \ Deliberação Câmara Municipal</b>		
Órgão/Cargo que resolve		
<b>Câmara Municipal de Braga</b>		

### FACTOS E FUNDAMENTOS LEGAIS

Foi adjudicado em 08/09/2025, pela Câmara Municipal de Braga, ao abrigo de Consulta Prévia-Acordo Quadro, o contrato acima identificado.

No dia 27/02/2026, veio o adjudicatário, por email, solicitar a atualização extraordinária do preço do contrato, passando o valor mensal sem IVA, de 32.974,86€, para 34.887,40€, atendendo ao disposto art.º 3º do n.º 1 da Portaria n.º 87/2026/1, de 23 de fevereiro de 2025, decorrente da entrada em vigor do Decreto-Lei n.º 139/2025, de 29 de dezembro.

De acordo com a informação anexa ao presente processo, somos de parecer que a pretensão apresentada pelo cocontratante terá enquadramento legal nos termos supra referidos.

A modificação deverá dar lugar a adicional ao contrato celebrado, onde sejam concretamente estabelecidas as cláusulas modificadas e apurado o montante da despesa pública decorrente das mesmas, despesa essa que deve ter enquadramento orçamental, cabimento e compromisso prévio.

De acordo com o disposto na alínea a) do artigo 311º do CCP, o contrato pode ser modificado por acordo entre as partes, que não pode revestir forma menos solene do que a do contrato.

Tendo em conta o exposto na alínea c) do art.º 312º do CCP, a modificação contratual pode ter por fundamento razões de interesse público decorrentes de necessidades novas ou de uma nova ponderação das circunstâncias existentes.

Assim, verificando-se a necessidade de alteração das cláusulas 3.ª, 4.ª e 5.ª do contrato, submete-se à consideração superior, com respeito pelo disposto nos artigos 311.º a 315.º do CCP, a presente proposta de modificação objetiva do contrato, através de respetiva adenda contratual que se anexa, solicitando-se, caso nada haja a obstar, a sua aprovação.



## PROPOSTA DE RESOLUÇÃO

À Reunião de Câmara para deliberação nos termos das condições estipuladas na informação técnica de suporte à presente decisão.

### DOCUMENTO ASSINADO ELETRONICAMENTE

